

Assembleia promove exposição Cenários - Cidades do Interior no Começo do Século 20

Fotos de 12 municípios retratam a história do Estado através de documentos do acervo da Casa

DA REDAÇÃO

Cerca de três meses após a posse, a Assembleia promove a primeira exposição nesta legislatura do seu Acervo Histórico, ligado ao Departamento de Documentação e Informação. No próximo dia 15 de junho, a partir das 9h, data prevista para a inauguração, o público poderá visitar no Hall da Biblioteca da Casa a exposição de fotos Cenários - Cidades do Interior de São Paulo no Começo do Século 20, que mostra a história do Estado através de 220 fotos e oito mapas com imagens de 12 cidades paulistas. Esse material foi usado nas décadas de 1910 e 1920 como documentação para nove processos de emancipação, um de elevação à comarca (Penápolis) e dois de recursos contra cobrança de impostos municipais (Jaú e Araraquara), que tramitavam no Parlamento paulista.

Sob a curadoria de Carlos Ungaretti

Dias, a exposição traz uma linha do tempo para contar a história dos critérios de emancipação dos municípios desde o Brasil Colônia. As cidades retratadas, além das citadas, são Americana, Avaí, Aparecida, Cajobi, Macatuba, Pindorama, Tapiratiba, Uchoa e Vargem Grande do Sul. "Para dar suporte à mostra, foram produzidos textos que apresentam os principais argumentos dos moradores e autoridades para justificar a reivindicação constante nos processos em questão", explicou Carlos Dias.

Nesta edição, apresentaremos um pouco da história das cidades de Cajobi e Vargem Grande.

Cajobi

A primitiva povoação que originou Cajobi surgiu do desmembramento da antiga Fazenda Bebedouro do Turvo, com 32 hectares. Em 1908, foi criado o Distrito de Paz de Monte Verde, no município de Barretos. O processo de emancipação teve início com a petição dos eleitores e contribuintes de impostos, num total de 322 assinaturas. Segundo os habitantes, o distrito atendia todos os requisitos da Lei 1.038/1906, conforme uma série de documentos anexados.

Cajobi tinha serviço de transporte de passageiros ligando o centro à estação de Monte Verde. Possuía cemitério, correio e matadouro. Os documentos que formam o dossiê descrevem o povoado em detalhes. O pedido de Cajobi causou grande polêmica. A Câmara Municipal de Olímpia, cidade da qual o distrito se desvinculava, contestou as divisas propostas no projeto de elevação. A câmara contou



Vista parcial de Cajobi, 1925. O aglomerado apresenta agrupamentos por idade e sexo.

com o apoio do diretório local do Partido Republicano Paulista, que considerava

a elevação de Cajobi um "profundo golpe ao município de Olympia".

Os reclamos tiveram respaldo da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, que enviou ofício ao presidente da Câmara dos Deputados contra a criação do município de Cajobi.

A Comissão de Estatística da Câmara analisou as manifestações e deu parecer favorável à criação do Município de Cajobi, conservando as divisas apresentadas no projeto inicial, mantendo Marcondésia vinculada a Cajobi e esvaziando assim as manobras da Câmara Municipal de Olímpia. O projeto foi aprovado no Congresso Legislativo do Estado de São Paulo e transformado na Lei Estadual 2.189, em 30 de dezembro de 1926.

Pindorama

Segundo os moradores de Pindorama, a sua elevação à condição de cidade era um caso único no Estado de São Paulo, pois resultava da união de dois povoados que se desenvolveram em lados opostos de um pequeno riacho.

De um lado estava Areia Branca, com cerca de dois mil habitantes. Era um distrito policial do Município de Ariranha, pertencente à Comarca de Catanduva. Na outra margem do riacho São Domingos estava a povoação de Pindorama, que foi criada a partir de uma colônia de lavradores. Logo chegou a Estrada de Ferro Araraquarense,

que estimulou o rápido crescimento. Em 1916, o povoado foi elevado a distrito de paz de Santa Adélia, na Comarca de Taquaritinga.

Em sua representação ao Congresso Legislativo de São Paulo, os moradores enfatizaram que os povoados estavam integrados e, juntos, atendiam todas as exigências legais para a emancipação.

Pediam que a cidade fosse criada com sede no Distrito de Pindorama. A palavra, de origem tupi, significa terra das palmeiras. O documento trazia as assinaturas de 125 moradores de Pindorama e outros 87 de Areia Branca.

A emancipação de Pindorama envolveu diretamente quatro cidades vizinhas: Ariranha, Santa Adélia, Taquaritinga e Catanduva. Todas se manifestaram favoráveis à criação do novo município. Em 1924, também os diretórios políticos do PRP de Ariranha e Santa Adélia apresentaram declarações favoráveis à elevação de Pindorama.

A Câmara Municipal de Ariranha, então, apresentou proposta alternativa de divisas. O questionamento de Ariranha levou a Comissão de Estatística do Senado de São Paulo a solicitar à Comissão Geográfica e Geológica do Estado uma manifestação sobre as divisas do novo município. O seu traçado interligava rios, montanhas, espigões e outros acidentes naturais. A proposta acabou prevalecendo, à exceção de pequeno trecho de Areia Branca que permaneceu vinculado a Ariranha.

A Lei 2.125, criando o município de Pindorama, foi aprovada um ano depois.



Vista panorâmica de Pindorama